



PASQUIM FEMINISTA

INFORMATIVO LIBERTÁRIO ROSA GOMES

ANO VI

PASQUIM FEMINISTA
Publicação da
COLETIVA FEMINISTA GSEX
ANO VI- N°6

Data de fechamento: 30/06/2025

Maria Meire de Carvalho
Coordenadora do projeto
Ana Gabriela Colantoni
Revisoras do projeto
Ana Carola Cavalcante
Design e Diagramação gráfica



QUANDO A FOME É DE PERTENCER: MULHERES, CORPO E ESCOLHAS ALIMENTARES

por: Maria Lucia Candido da Silva - Nutricionista CRN1 25136 - @nutrimluciacandido

O poema "Vida Restritiva", de autoria de Maria Meire de Carvalho, publicado em 22/06/2026, no seu Instagram pessoal me fez refletir profundamente. Os versos trazem "o refrão e a repetição" como foco crítico do que seja ser mulher na sociedade. Essa metáfora me levou a pensar na repetição dos papéis femininos, do cuidado constante com os outros, das renúncias e da dificuldade de muitas mulheres em escolher a si mesmas.

Meire Carvalho diz: "Ontem fui refrão/Hoje sou refrão/Amanhã refrão serei." Esse verso me fez perguntar: quem ensina a mulher a se colocar em segundo plano? O poema desperta um importante senso crítico. Esse tecer poético me fez pensar sobre quem se beneficia desse cuidado constante e por que, muitas vezes, o autocuidado ainda é visto como egoísmo.

A partir desses versos surgiu a reflexão que deu origem a este artigo: até que ponto a necessidade de pertencer pode influenciar a relação das mulheres com o corpo, a alimentação e a própria saúde?

Ninguém o faz de maneira explícita. Raramente uma menina escuta que deve abandonar seus próprios desejos ou deixar de cuidar de si. Entretanto, ao longo da vida, muitas mulheres aprendem, por meio das relações, da cultura e das expectativas sociais, que cuidar dos outros deve vir antes do autocuidado. Mas quem cuida do cuidador?

Nas orientações de segurança dos aviões, recomenda-se que, em caso de emergência, a pessoa coloque primeiro a própria máscara de oxigênio para somente depois auxiliar quem está ao seu lado. A lógica é simples: quem não consegue respirar também não consegue cuidar. Entretanto, muitas mulheres parecem aprender justamente o contrário. São ensinadas a colocar a máscara nos outros, mesmo quando lhes falta ar. Talvez o autocuidado não seja egoísmo. Talvez seja a condição necessária para continuar cuidando, vivendo e pertencendo sem abandonar a si mesma.

Aprendem a ser boas filhas, boas mães, boas esposas, boas profissionais e cuidadoras. São frequentemente valorizadas pela dedicação, pela disponibilidade e pela capacidade de atender às necessidades alheias. Pouco a pouco, muitas mulheres passam a acreditar que priorizar a si mesmas é egoísmo, enquanto cuidar dos outros é obrigação. O tempo, a energia e o cuidado tornam-se recursos destinados aos demais. Essa aprendizagem influencia a relação com o corpo, com a alimentação e com a saúde. Consultas são adiadas, refeições são feitas às pressas, o descanso é postergado e as próprias necessidades deixam de ser escutadas.

Ao longo da prática clínica, é comum encontrar mulheres que sabem o que seria importante para a própria saúde, mas encontram dificuldade em colocar suas necessidades em primeiro plano. Muitas mulheres conhecem as orientações nutricionais, reconhecem a importância do autocuidado e compreendem os benefícios de hábitos saudáveis. Entretanto, entre saber o que fazer e conseguir fazê-lo existe um espaço ocupado pelas experiências de vida, pelas relações, pelas emoções e pelas necessidades de pertencimento. Muitas vezes, a decisão de cuidar de si também é atravessada pelo medo: medo de desagradar, de mudar, de romper expectativas ou de deixar de ocupar os lugares que lhes foram atribuídos.

Permanecer fazendo o que sempre se fez, percorrer os mesmos caminhos e repetir comportamentos conhecidos pode parecer mais seguro do que enfrentar mudanças. Nesse sentido, a procrastinação nem sempre está relacionada à falta de conhecimento ou de vontade, mas à dificuldade de escolher a si mesma.

Continua na próxima página...



Entre saber e fazer existe, muitas vezes, a necessidade de sentir-se autorizada a ocupar um lugar legítimo na própria vida. Diante dessa realidade, surge uma pergunta: como compreender as escolhas alimentares das mulheres? Com que olhar devemos observar a alimentação feminina? Será que reduzir a alimentação a nutrientes, calorias e prescrições é suficiente? O crescente número de mulheres que aderem a dietas restritivas nos convida a ampliar esse olhar.

As escolhas alimentares são atravessadas pela cultura, pela história de vida, pelas condições sociais, pelos vínculos afetivos e pela forma como cada mulher ocupa seu lugar no mundo. Alimentar-se não envolve apenas o que se come, mas também o significado que a comida assume na vida de cada pessoa. É nesse ponto que a Nutrição Comportamental amplia nosso olhar e nos convida a **compreender a alimentação para além do prato.**

Escolhas alimentares e pertencimento

A Nutrição Comportamental demonstra que as escolhas alimentares são influenciadas por fatores biológicos, psicológicos, sociais, culturais, econômicos e ambientais. A escolha alimentar envolve não apenas o que se come, mas também como, quando, onde e com quem se come. Marle Alvarenga e colaboradores nos mostram que a alimentação humana é complexa e multifatorial. Entretanto, é importante compreender que escolha é diferente de decisão. A decisão é influenciada pelas experiências de vida, pelas crenças, pelas regras sociais e pelas necessidades emocionais. Muitas vezes, porém, ela também é atravessada pelo medo. O medo de errar, de desagradar, de fracassar, de romper vínculos ou de deixar de pertencer pode dificultar a capacidade de escolha. Em alguns momentos, a decisão torna-se paralisada.

A procrastinação pode surgir como expressão dessa dificuldade. Permanecer fazendo o que sempre se fez, percorrer os mesmos caminhos e repetir comportamentos conhecidos pode parecer mais seguro do que enfrentar mudanças.

Nesse sentido, muitas mulheres permanecem em relações, hábitos, padrões alimentares e formas de cuidado que já não correspondem às suas necessidades, mas que ainda oferecem a sensação de segurança e pertencimento. Escolher exige movimento. O medo de perder vínculos, decepcionar pessoas ou deixar de pertencer pode tornar a mudança emocionalmente ameaçadora. E, muitas vezes, mudar implica enfrentar o medo de deixar de ocupar os lugares que sempre foram esperados das mulheres.

Nesse contexto surge uma pergunta: até que ponto a necessidade de pertencer influencia as escolhas alimentares das mulheres? Pertencer é uma necessidade humana. A família, os grupos, os relacionamentos, a religião, a cultura e a comunidade oferecem identidade e segurança. Contudo, quando a manutenção desses vínculos exige silenciamento, renúncia ou abandono de si, o pertencimento pode ter um alto custo. Quando as próprias necessidades deixam de encontrar espaço, surgem ausências que nem sempre conseguem ser nomeadas. O cuidado oferecido aos outros pode não retornar, o reconhecimento pode não acontecer e a mulher pode se distanciar de seus próprios desejos e necessidades.

É nesse contexto que algumas fomes começam a se manifestar. Não necessariamente a fome do corpo, mas a fome do acolhimento, da escuta, do afeto, da segurança e do pertencimento. A comida, muitas vezes, aparece como tentativa de conforto diante dessas ausências. A comida não cria essas ausências, mas frequentemente torna-se uma das formas encontradas para lidar com elas. Nem sempre se come por necessidade fisiológica. Em alguns momentos, come-se para aliviar, preencher, silenciar ou suportar. Daí surge uma pergunta fundamental: de que fome estamos falando? A fome que não é de comida. No livro Nutrição Comportamental, Marle Alvarenga e colaboradores nos mostram que a alimentação humana é complexa e multifatorial. Na abordagem da Nutrição Comportamental, aprendemos que nem toda fome é física.

Continua na próxima página...



A fome biológica surge gradualmente por meio dos sinais do corpo. Quando atendida, produz saciedade e satisfação. Embora a fome física seja uma necessidade natural do organismo, existem outras formas de fome que também se manifestam em nossa vida e influenciam a relação com a comida, com o corpo e com as emoções. Evelyn Tribole e Elyse Resch, criadoras do Comer Intuitivo, defendem que o corpo possui sinais internos de fome e saciedade que podem ser reconhecidos quando a culpa, as regras rígidas e as pressões externas são reduzidas. Entretanto, nem sempre comemos porque o organismo necessita de energia. A comida, nesse contexto, deixa de cumprir apenas uma função biológica e passa a assumir funções emocionais, afetivas e relacionais. Muitas vezes, a comida aparece como resposta ao estresse, à ansiedade, à solidão, à tristeza ou à necessidade de acolhimento e pertencimento.

A fome emocional surge quando buscamos na comida conforto, alívio ou distração para sentimentos difíceis. Nem sempre desejamos qualquer alimento; frequentemente procuramos aqueles que trazem prazer, lembranças ou sensação de recompensa. Também existe a fome afetiva, relacionada à necessidade de carinho, acolhimento, vínculo e pertencimento. Em alguns momentos, a comida assume simbolicamente o lugar do cuidado, do colo, da segurança ou da companhia. Jan Chozen Bays, ao desenvolver o Mindful Eating, propõe que a alimentação consciente envolve reconhecer as diferentes formas de fome e desenvolver presença diante da experiência alimentar.

Quando a necessidade de pertencimento não encontra espaço nas relações, nos ambientes ou na própria vida, a comida pode tornar-se uma tentativa de preencher esse vazio. Brené Brown afirma que o verdadeiro pertencimento não exige que a pessoa mude quem ela é; exige que ela seja quem é. Essa reflexão torna-se especialmente importante para mulheres que aprenderam a pertencer aos outros antes de pertencer a si mesmas.

Talvez a pergunta mais importante não seja: "Por que estou comendo?", mas sim: "De que fome estou tentando cuidar?" Essa pergunta desloca o olhar da culpa para a compreensão. Entretanto, reconhecer a fome não significa compreender imediatamente sua origem. Muitas vezes, por trás das fomes emocionais, afetivas e relacionais, existem ausências que se acumulam ao longo da vida e que nem sempre conseguem ser nomeadas. As diferentes formas de fome nem sempre se apresentam isoladamente; frequentemente se sobrepõem e se confundem na experiência cotidiana. Algumas dessas ausências produzem vazios silenciosos, necessidades não atendidas e a sensação de não ocupar um lugar legítimo no mundo. É nesse contexto que surgem as escassezes. As escassezes que alimentam a fome. As escassezes que atravessam a vida feminina nem sempre são materiais. Muitas vezes, são escassezes de tempo, de cuidado, de reconhecimento, de autonomia, de afeto e até de saúde. Essas ausências podem produzir insegurança, ansiedade e a sensação constante de não ocupar um lugar legítimo na própria vida.

A escassez paralisa. O medo, a necessidade de aprovação e a busca constante por segurança podem levar muitas mulheres a viverem no automático, distantes de suas necessidades e de seus próprios desejos. Embora se manifestem de maneiras diferentes, algumas escassezes aparecem com frequência na experiência feminina.

Escassez de tempo: a mulher frequentemente prioriza o cuidado com os outros e deixa suas próprias refeições, descanso e necessidades em segundo plano.

Escassez de cuidado: quando não se sente acolhida ou cuidada, a comida pode surgir como conforto, recompensa ou alívio emocional.

Escassez de reconhecimento: a necessidade constante de aprovação pode gerar perfeccionismo, culpa alimentar e insatisfação corporal.

Continua na próxima página...



Escassez de autonomia: regras externas sobre corpo, peso e alimentação podem afastar a mulher da percepção de seus próprios sinais de fome e saciedade.

Escassez de prazer: dietas restritivas e autocobrança excessiva podem transformar o ato de comer em fonte de culpa e não de satisfação.

Escassez de pertencimento: a necessidade de aceitação social pode levar a comportamentos alimentares marcados por restrição, compensação e desconexão do próprio corpo.

Escassez de saúde: quando o cuidado consigo mesma é constantemente adiado, a mulher pode afastar-se da prevenção, do descanso e da atenção às próprias necessidades físicas e emocionais.

Muitas vezes, não é a comida que está em falta, mas aquilo que a comida tenta representar. Essas escassezes não se manifestam de forma isolada. Elas se entrelaçam com a história de vida, as relações, a cultura e os ambientes nos quais as mulheres vivem. A maneira como nos alimentamos também é construída pelos territórios que habitamos, pelas tradições familiares, pelas memórias e pelos vínculos culturais. Assim, compreender a alimentação humana exige olhar não apenas para as ausências, mas também para os pertencimentos que a sustentam.

Entretanto, os mesmos contextos culturais que oferecem identidade e pertencimento também produzem normas, expectativas e padrões sobre o corpo feminino. Ao longo da vida, muitas mulheres aprendem não apenas o que devem comer, mas também como seus corpos devem parecer. A alimentação deixa de ser apenas uma experiência de nutrição, prazer e cultura e passa a ser atravessada por exigências estéticas, comparações e cobranças constantes.

É nesse cenário que a cultura da dieta e os padrões corporais passam a influenciar a relação das mulheres com a comida, com o corpo e com a própria identidade. Corpo feminino e cultura da dieta. Ao mesmo tempo em que a alimentação produz identidade, memória e pertencimento, a cultura da dieta pode produzir afastamento do próprio corpo. A Nutrição Comportamental tem contribuído para ampliar a compreensão dos impactos do comer restritivo no comportamento alimentar. Marle Alvarenga e colaboradores discutem que a restrição alimentar ultrapassa o debate das calorias e da nutrição, constituindo também um fenômeno psicológico, social e cultural. O comer restritivo refere-se à intenção de restringir a alimentação mesmo quando não existe uma necessidade clínica para isso. Frequentemente, essa restrição está relacionada à tentativa de modificar o corpo para alcançar padrões estéticos socialmente valorizados.

Pular refeições, evitar alimentos considerados "engordativos", eliminar grupos alimentares inteiros, retirar preparações tradicionais da cultura familiar ou seguir regras rígidas de alimentação podem fazer parte do cotidiano de muitas mulheres. Nesse contexto, a alimentação deixa de ser fonte de prazer, cultura e cuidado e passa a ser regulada pela culpa, pela vigilância e pela autocobrança. As dietas restritivas muitas vezes afastam a mulher de sua própria cultura alimentar. O pequi goiano, o pão de queijo mineiro, o cuscuz nordestino, o tacacá paraense, o acarajé baiano, a tapioca e tantos outros alimentos deixam de representar memória e pertencimento para se tornarem objetos de medo ou culpa.

O corpo feminino torna-se território de controle. Esse controle não se manifesta apenas nos padrões estético nas dietas ou nas regras alimentares. Em suas formas mais extremas, o silenciamento da autonomia e da liberdade das mulheres pode se expressar também nas violências de gênero. A barbárie que ainda presenciamos, incluindo o feminicídio, revela que determinadas estruturas de poder reagem quando as mulheres ocupam seus próprios lugares, exercem sua autonomia e recusam os silenciamentos historicamente impostos. O direito de habitar o próprio corpo, fazer escolhas e viver com segurança constitui uma dimensão fundamental do pertencimento.

Continua na próxima página...



A fome de pertencimento talvez não possa ser medida em calorias, mas pode ser percebida nos silêncios, nas renúncias e nas ausências que atravessam a vida de muitas mulheres.

Considerações finais:

A reflexão proposta neste artigo não pretende oferecer respostas definitivas, mas ampliar o olhar sobre as relações entre mulheres, alimentação, corpo e pertencimento. Ao longo da vida, muitas mulheres aprendem a cuidar dos outros antes de cuidar de si mesmas. Aprendem a silenciar necessidades, adiar o descanso, colocar o próprio corpo em segundo plano e buscar reconhecimento por meio do cuidado constante.

A Nutrição Comportamental nos mostra que as escolhas alimentares são influenciadas por múltiplos fatores biológicos, psicológicos, sociais, culturais e ambientais. Entretanto, a experiência feminina nos convida a acrescentar outra pergunta: até que ponto a necessidade de pertencer também influencia a relação com a comida, com o corpo e com a saúde? As fomes emocionais, afetivas e relacionais, as escassezes de tempo, de cuidado, de reconhecimento e de autonomia, bem como a cultura da dieta e os padrões corporais, podem afastar muitas mulheres de seus próprios sinais, desejos e necessidades.

Talvez a pergunta mais importante não seja apenas o que comer, mas de que fome se está tentando cuidar. Pertencer à família, aos grupos, aos relacionamentos e à cultura é importante. Entretanto, nenhum pertencimento deveria exigir o abandono de si mesma. Talvez muitas mulheres não precisem apenas de orientações alimentares, mas também da permissão de ocupar um lugar legítimo em suas próprias vidas, reconhecendo seus limites, seus desejos, sua história e seu corpo.

Porque algumas fomes não pedem comida. Pedem tempo, cuidado, reconhecimento, autonomia e pertencimento. E talvez a maior delas seja a fome de si mesma. Fica a dica: antes de perguntar o que deve comer, pergunte também de que fome estou tentando cuidar? Pegou? Segura! Nem toda fome pede alimento. Algumas pedem acolhimento, autonomia e a coragem de pertencer a si mesma. Porque algumas fomes não pedem comida. E talvez a maior delas seja a fome de si mesma.

Referências

ALVARENGA, M. et al. Nutrição Comportamental.

TRIBOLE, E.; RESCH, E. Comer Intuitivo.

BAYS, J. C. Mindful Eating.

BROWN, B. Braving the Wilderness.

CARVALHO, M.M.

Vida Restritiva. Poema - Instagram (22/06/2026).

Maria Lúcia Cândido da Silva é nutricionista (CRNI 25136), certificada em Nutrição Comportamental, com atuação em alimentação, emoções e comportamento alimentar. Possui formação em Pedagogia, Gestão Hospitalar e Práticas Integrativas em Saúde.



Aguinetta vive: liberte-a!

por: Maria Meire de Carvalho - E-mail: mmeire@ufg.br

"Meu nome é Aguinetta" é um filme sueco que entrou para a lista dos mais assistidos da Netflix neste primeiro semestre de 2026. A trama retrata a história de Aguinetta, uma mulher de aproximadamente cinquenta anos que passou grande parte da vida tentando caber nas expectativas alheias. Alimentou-se das sobras, dos restos e das migalhas de afeto que lhe ofereciam. Sua existência parecia invisível: no trabalho, na família e até mesmo no relacionamento longo e convencional que mantinha.

O enredo não trata de romance nem da solidão de quem vive só. Fala, antes, da solidão de quem permanece emocionalmente invisível, mesmo cercada por pessoas. É a história de alguém que, em muitos aspectos da vida afetiva, estava profundamente sozinha. Esse filme me fez pensar, repensar e revisitar a minha própria existência enquanto mulher.

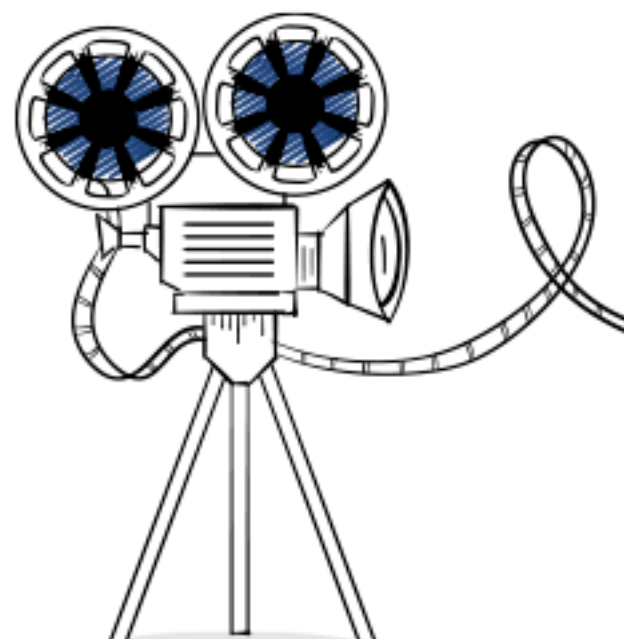
A solidão de Aguinetta é, sobretudo, consigo mesma. Ela percebe que desapareceu enquanto mulher ao dedicar-se integralmente ao trabalho, ao sustento da família e ao relacionamento. Ainda assim, não foi vista, reconhecida ou amada como merecia. Em algum momento da vida, Aguinetta desapareceu de si mesma. É a história de uma mulher que já não cabia nos padrões convencionais, mas permanecia aprisionada dentro deles. É também uma narrativa sobre coragem, ousadia, recomeços e libertação. Para escrever este artigo, revesti-me de coragem e permiti-me levantar algumas inquietações: quantas vezes nós, mulheres, deixamos a nós mesmas para trás para caber na vida de outras pessoas? Quantas vezes assumimos responsabilidades e culpas que não nos pertencem apenas para tornar a vida alheia mais confortável? Quantas vezes abrimos mão dos nossos desejos para satisfazer os desejos do outro? Em que momento nos afastamos de nós mesmas, consciente ou inconscientemente? Quantas vezes nos abandonamos em pequenas situações cotidianas, acreditando que esse era o preço da maturidade, do amor ou da convivência? Quantas vezes justificamos atitudes que nos feriam em nome da personalidade, do temperamento ou das circunstâncias de quem estava ao nosso lado?

Talvez nenhuma dessas respostas seja tão importante quanto uma pergunta simples e profundamente transformadora: o que nos faz felizes? O que realmente faz sentido para nós? Continuei pensando em Aguinetta, em mim e em tantas outras mulheres. O mundo de Aguinetta começou a se transformar quando ela decidiu partir sozinha para Provença, no sul da França, para trabalhar como cuidadora. Naquele dia, descobriu uma coragem que sequer imaginava ainda existir dentro de si.

Em um determinado momento, olhou-se no espelho e não se reconheceu. Conversou com cada parte do próprio corpo. Tocou-se. Em vez de procurar defeitos, percebeu que ainda não conhecia verdadeiramente a mulher que habitava aquele corpo. Pela primeira vez, convidou-se a amar a própria pele.

Entendeu que aquele corpo era sua primeira casa, sua morada. Ao despir-se das roupas, despiu-se também das amarras sociais, das pressões, das angústias e da solidão que carregava havia tantos anos.

Continua na próxima página...



Talvez fosse justamente naquele corpo que habitasse a parte mais dolorosa de sua solidão. Foi então que compreendeu: havia abandonado a si mesma para caber na vida dos outros. Seu amigo Einar lhe oferece uma das lições mais bonitas do filme ao dizer: "Se alguém te convidar para dançar, você nunca deve recusar." Dance. Cante. Arrisque-se. Divirta-se. Permita-se existir.

Foi nesse convite simbólico que Aguinetta voltou a dançar com a própria vida. Depois de décadas cumprindo obrigações domésticas e profissionais, passou a sorrir de uma maneira diferente. Durante anos fizera tudo o que esperavam dela; entretanto, por dentro, havia desaparecido.

Seus sonhos eram simples. Desejos pequenos, aparentemente banais, mas profundamente humanos. Aos poucos, percebeu que não precisava pedir permissão para ser quem era. Foi ali que compreendeu o verdadeiro significado da liberdade: viver não para corresponder às expectativas alheias, mas para honrar os próprios desejos. Entendeu também que voltar para si exigia coragem. E coragem nunca significa ausência de medo; significa seguir apesar dele.

Vestiu-se de lilás, consciente de que todo recomeço exige disposição para romper antigos aprisionamentos. Foi em Provença que Aguinetta descobriu o que era viver de verdade. Ao lado de Einar — um idoso gay, considerado excêntrico justamente por ter rompido com tantas convenções sociais — ela começou a enxergar seus desejos adormecidos. Quando ele lhe pediu que contasse sua história, Aguinetta falou da família, do trabalho, dos filhos, do marido... Falou de todos, menos de si.

Naquele instante, compreendeu que conhecia profundamente a vida das pessoas que amava, mas sabia muito pouco sobre a própria história. Ainda havia tempo para mudar. Ainda havia tempo para descobrir novos prazeres, experimentar outras possibilidades, conhecer-se e, finalmente, existir para si mesma. Ao ser incentivada a fazer aquilo que jamais ousara experimentar, percebeu que podia tornar-se protagonista da própria vida. Descobriu que aquilo que talvez fosse insignificante para os outros poderia ser profundamente libertador para ela.

Cercada por pessoas que demonstravam interesse genuíno por sua existência, voltou a sentir-se bonita, desejada, confiante e viva. Talvez a maior lição do filme seja esta: Aguinetta não esperou que alguém lhe concedesse liberdade. Ela libertou a si mesma, apoiada pela rede de afeto que construiu ao longo do caminho.

O filme nos lembra que sempre podemos escolher outros rumos, independentemente da idade, do lugar onde vivemos ou dos vínculos que mantemos. O que realmente importa é o instante em que a consciência desperta e nos permitimos transformar a própria vida, mesmo sem a garantia de que estamos seguindo o caminho mais seguro. Talvez a maior coragem não seja começar um novo relacionamento, mas reencontrar-se depois de tantos anos distante de si mesma. Depois de uma vida inteira marcada pelo silêncio, pela renúncia e pelo esquecimento dos próprios desejos. Aguinetta despertou em mim reflexões sobre tantas mulheres fortes, competentes, independentes e generosas que sustentam famílias, trabalhos, sonhos e tantas outras pessoas, mas que, aos poucos, desaparecem de si mesmas. Quando finalmente se olham no espelho, já não se reconhecem. Não apenas porque envelheceram, mas porque foram, lentamente, apagando a própria existência enquanto cuidavam da vida de todos ao redor.

Por isso, deixo aqui uma súplica:
Mulheres do mundo inteiro, libertem a Aguinetta que vive aprisionada em vocês. Encontrem-se nos espelhos limpos e opacos. Reencontrem seus desejos, sua voz e sua liberdade.
Porque, como poetizou Clarice Lispector: "Enquanto eu tiver a mim, não estarei só."

Maria Meire de Carvalho é docente da UFG, Câmpus Goiás. Coordenadora da COLETIVA FEMINISTA GSEX e da PASQUIM FEMINISTA.

O NOVO ÇANGAÇO: EMPODERAMENTO, SORORIDADE E RESISTÊNCIA FEMININA EM GUERREIROS DO SOL

por: Izabela Lopes Jamar

Durante décadas, o imaginário do cangaço foi construído a partir de figuras masculinas. Os homens ocupavam o centro da narrativa, enquanto as mulheres apareciam como personagens secundárias, esposas, companheiras ou vítimas das circunstâncias impostas pela dureza do sertão. Em “Guerreiros do Sol”, entretanto, essa lógica é subvertida. A série apresenta um novo olhar sobre o cangaço ao colocar as mulheres no centro da história. Rosa, Otilia, Petúnia e Jânia não são apenas personagens femininas inseridas em uma narrativa tradicionalmente masculina.

Elas representam diferentes formas de resistência diante de uma sociedade estruturada pelo poder dos homens. Rosa emerge como uma liderança que desafia as regras impostas pelo patriarcado. Sua força não está apenas na coragem para enfrentar inimigos amados, mas na capacidade de construir alianças e reconhecer a importância da coletividade feminina. Ao seu lado, Otilia demonstra que a rebeldia pode ser também um ato político, enquanto Petúnia encontra na amizade e na solidariedade o caminho para reconstruir sua própria trajetória. Jânia, por sua vez, simboliza a mulher que, mesmo situada em outro espaço social, compreende a importância da lealdade e da cumplicidade entre mulheres. Jânia compreende que a liberdade das mulheres não se conquista apenas pela sobrevivência ou pela resistência individual.

É necessário transformar as estruturas de poder. Sua trajetória dialoga com a história das pioneiras do feminismo brasileiro que, nas décadas de 1920 e 1930, desafiaram as convenções sociais para reivindicar direitos políticos, abrindo caminho para que mulheres pudessem votar e serem votadas. Ao lado de Rosa, Otilia e Petúnia, Jânia demonstra que não existe um único caminho para a emancipação feminina. Enquanto umas enfrentam a violência do sertão com bravura e solidariedade, ela enfrenta o preconceito com ideias, discursos e mobilização política. São formas distintas de luta, mas movidas pelo mesmo ideal: a construção de um mundo em que mulheres possam decidir seus próprios destinos.

O momento mais emblemático dessa construção ocorre quando Rosa, Otilia e Petúnia invadem o cabaré de Arduíno para libertar mulheres que viviam aprisionadas por um sistema de exploração e violência. A cena possui um forte significado simbólico. Não se trata apenas de um resgate físico, mas da ruptura com estruturas históricas que transformam mulheres em mercadoria, propriedade ou objeto de controle masculino. Ao oferecer liberdade e acolhimento, as protagonistas demonstram que a verdadeira transformação social nasce da união entre mulheres.

Nesse contexto, a sororidade deixa de ser apenas um conceito teórico para se tornar prática concreta. As personagens compreendem que a sobrevivência não depende da competição entre mulheres, mas da construção de redes de apoio capazes de enfrentar a violência, a opressão e as desigualdades. A cumplicidade que as une não elimina suas diferenças, mas fortalece suas capacidades individuais e coletivas. O empoderamento retratado em “Guerreiros do Sol” também se distancia da ideia superficial de força individual. As mulheres da série não se tornam poderosas porque reproduzem comportamentos masculinos. Elas se fortalecem porque reconhecem umas nas outras a possibilidade de resistência, proteção e transformação.

A relação de amizade e cumplicidade construída entre essas personagens revela um dos aspectos mais bonitos da narrativa. Nenhuma delas tenta apagar ou diminuir a outra. Ao contrário, fortalecem-se mutuamente. Essa solidariedade faz com que a série apresente uma visão inovadora do cangaço: não apenas como um espaço de confronto armado, mas também como um território de construção de autonomia feminina, afeto e transformação social. Talvez seja essa a grande inovação da obra: apresentar um cangaço feminino que não se fundamenta apenas nas armas, mas na solidariedade. Um cangaço em que a coragem caminha ao lado do afeto, da lealdade e da luta compartilhada. Um cangaço em que mulheres deixam de ser personagens da história de homens para se tornarem autoras da própria narrativa.

Uma trajetória de resistência através do hip-hop - Mc Nessa

por: Wanessa Thomé Silveira

E-mail: wanessathomesilveira@gmail.com

Eu tinha doze anos quando conheci o hip-hop, foi através da internet, assistindo batalhas de rima, que entendi pela primeira vez que a palavra podia ser disputa, expressão e sobrevivência. Aquilo ficou em mim de um jeito que eu ainda não sabia explicar. Em 2024, junto com meu amigo Pedro Dias, residente na periferia, Setor Tempo Novo e, eu residente no Setor Papyrus, também periférico, ambos distantes do Centro Histórico, da tradicional Goiás. Foi assim que começamos a primeira batalha de rima na cidade de Goiás, na Praça do Chafariz, que nasceu em 2019.

Nós nos conhecemos pelos vídeos na internet, mas foi na rua que tudo se tornou real. A ideia era simples: criar um espaço onde os jovens pudessem falar da própria vida sem serem interrompidos. Ser a primeira mulher a trazer essa vertente para a cidade nunca foi sobre protagonismo individual. Foi sobre abrir caminho e entender responsabilidades. O hip-hop sempre foi, para mim, um lugar de acolhimento, mas também um espaço de luta, construído pela população negra e periférica.

Eu reconheço esse lugar de origem e procuro contribuir com respeito, sabendo que essa história não começou comigo. Minha trajetória não foi romântica, eu estudava em colégio militar e, desde cedo, aprendi a lidar com olhares de estranhamento sobre minhas escolhas. Em casa, minha família também não compreendia aquele caminho. Minha mãe, criada como mãe solo e enfrentando dificuldades financeiras, não conseguia enxergar sentido naquilo. Mesmo assim, o hip-hop permanecia.

Durante muito tempo eu não sabia explicar por que insistia tanto, depois eu entendi que era porque ali minha voz não precisava pedir licença para existir. As batalhas chegaram a ser interrompidas pela repressão policial. A praça ficou vazia e, por um tempo, parecia que tudo tinha acabado. Mas, a vontade de continuar permaneceu. Foi quando entrei na Associação Mulheres Coralinas. Durante o curso, eu sempre levava o hip-hop para as conversas e mostrava vídeos e compartilhava experiências. Aos poucos, perceberam que aquilo fazia parte da minha trajetória. Com o apoio de um recurso do Ministério Público, conseguimos retomar a batalha.

Depois disso, realizamos uma batalha intermunicipal durante o FICA. A alegria foi enorme ao ver novamente a Praça do Chafariz ocupada por jovens rimando. Na verdade, foi um dos momentos mais marcantes dessa caminhada. Também levei o hip-hop para espaços institucionais, como a Secretaria de Direitos Humanos, a Prefeitura da cidade de Goiás e ações em Itapuranga. Recebi convite para participar do Duelo Regional, mas não consegui comparecer por falta de recursos financeiros, uma realidade comum para quem faz cultura de forma independente. Essa caminhada também abriu portas profissionais que eu jamais imaginei. O trabalho com a cultura me aproximou de instituições, projetos e oportunidades que transformaram minha trajetória.

Hoje, sou profundamente grata por tudo isso, mas, olhando para trás, percebo que o maior presente nunca foi as oportunidades de trabalho. O mais importante foi descobrir que o hip-hop me fortaleceu, me deu confiança para ocupar espaços e acreditar na potência da minha própria voz. O hip-hop não resolveu todas as minhas dificuldades, mas me deu linguagem para atravessá-las, ensinou-me a transformar dor em palavra e silêncio em expressão.

Continua na próxima página...



Lélia Gonzalez dizia que cultura também é produção de conhecimento e Patrícia Hill Collins nos lembra que a experiência é uma forma legítima de saber. Encontro essas ideias quando vejo jovens ocupando a praça com suas histórias e entendendo que suas vivências também têm valor. Hoje seguimos construindo novos projetos, pensando em oficinas, encontros e maneiras de manter a batalha viva como ferramenta cultural, educativa e de fortalecimento comunitário. Continuo acreditando que o hip-hop pode transformar vidas como transformou a minha.

E, sobretudo, desejo que cada vez mais meninas e mulheres encontrem nesse movimento um espaço de pertencimento, autonomia e coragem para falar, criar e existir. O microfone, para mim, nunca foi apenas um objeto. Ele se tornou um lugar de existência, espero que continue sendo, para muitas outras mulheres, um instrumento de empoderamento, liberdade e transformação. Por fim, quero agradecer à Coletiva Feminista GSEX/PASQUIM FEMINISTA pelo convite e pela oportunidade de escrever um pouco sobre a minha trajetória.

Relembrar esse caminho foi também reconhecer quantas pessoas caminharam comigo. Espero que este relato possa alcançar outras mulheres, principalmente aquelas que ainda duvidam da própria potência, para que saibam que ocupar espaços também é um ato de resistência. Seguimos juntas, fortalecendo umas às outras e construindo caminhos onde a cultura, a arte e a organização coletiva continuem sendo instrumentos de transformação social. Que o hip-hop siga abrindo portas, criando pertencimento e fazendo com que mais mulheres encontrem, no microfone e na coletividade, um lugar para existir, resistir e transformar suas próprias histórias.

Wanessa Thomé Silveira é graduanda do 5o período do Curso de Serviço Social da UFG, Campus Goiás.

MANIFESTAÇÕES DO MACHISMO E SUA NORMALIZAÇÃO NO COTIDIANO DA EDUCAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

por: Aline Paulista de Oliveira - Pedagoga Especialista em Gestão e Políticas Públicas da Educação Profissional e Tecnológica-IFG

Atuando há alguns anos em Políticas Públicas Sociais tenho percebido que as manifestações do machismo e do patriarcado se refletem nas nuances das relações que permeiam a oferta dos serviços dessas políticas. Digo isso, pois meu cotidiano traz situações que escancaram a necessidade do avanço a cerca das reflexões sobre a epistemologia feminista enquanto conhecimento.

Posto isto, minha experiência é ancorada em alguns anos de sala de aula e algum tempo em coordenação pedagógica, portanto, na educação pública, onde os percalços sociais são evidenciados em torno da aprendizagem e desenvolvimento dos/das estudantes. Tendo em vista a existência de vários indicadores resultantes de avaliações externas e internas da escola, os baixos índices de aprendizagem refletem o quão impactantes são as manifestações do machismo e da misoginia nas famílias.

Do mesmo modo, como coordenadora de CRAS, observei na conjuntura de uma política que permeia o atendimento majoritário a mulheres, refletida nas estatísticas dos benefícios sociais com índices que evidenciam essa majoritariedade. Além de ser uma política essencialmente de garantia de direitos, a Assistência Social é um lugar de fala das mulheres. No CRAS ainda mais, já que o objetivo é a inserção e empoderamento das famílias providas por mulheres.

Continua na próxima página...



Minha reflexão aqui é pensar a respeito do quão as famílias são atingidas pelas manifestações do machismo e da misoginia sejam elas em sua forma mais violenta ou na forma mais sutil. Porém, o que se percebe é uma normalização de situações de abusos, violências diversas contra as mulheres e obviamente, contra as pessoas que requerem seus cuidados. As crianças são atingidas brutalmente em sua psiquê, em seus corpos e em seus aspectos cognitivos pelos atos dos “homens” que atravessam essas famílias. Sejam eles, pais, padrastos, avôs, tios ou quaisquer outros que ocupam espaço nessas famílias mas que, em sua grande maioria manifestam seu machismo em atitudes normalizadas por toda a sociedade.

Quando mães\mulheres são chamadas na escola ou nos grupos do CRAS para falar de suas/seus filhas/os, idosos, ou delas mesmas; elas sempre trazem sua exposição aos atos de misoginia e machismo que vivenciam e que, por suas falas, elas também normalizam. Piadas, exploração do trabalho doméstico, dos cuidados, brigas, ciúmes e violência de gênero.

Tudo justificado pela normalização que é o grande instrumento da perpetuação do patriarcado.

Assim, defendemos um Letramento de Gênero e Feminismo em sua epistemologia, trazendo à tona os conceitos e as origens desse sistema opressor. Uma formação pedagogicamente pensada, didaticamente concebida e praticada em bases estruturais e comunitárias. Essa é a grande necessidade e a grande arma que deve prevalecer na guerrilha a que nos engendramos. “Sejamos todos feministas” já diz Chimamanda Ngozi Adichie.

As filhas também herdam os abismos

por: Rafaela Melo - doutoranda em História - PPGH UFG

E-mail: rafaelamelo@discente.ufg.br

A publicação de obras que questionam a idealização da maternidade tem sido uma pauta na literatura escrita por mulheres nas últimas décadas. Entre elas, “Os Abismos”, da colombiana Pilar Quintana, apresenta uma figura materna rara: uma mãe que não é monstruosa nem exemplar, mas cuja infelicidade acaba moldando profundamente a vida da filha. Ao longo da narrativa, Claudia observa uma mãe consumida por frustrações, ressentimentos e desejos que parecem incompatíveis com a vida que leva.

Na obra, é possível compreender os limites impostos às mulheres, as expectativas contraditórias que recaem sobre elas e os efeitos psicológicos de uma existência marcada por renúncias. Contudo, existe um aspecto frequentemente negligenciado quando se discute esse tipo de personagem: o impacto de sua dor sobre as filhas e filhos. Nas discussões contemporâneas sobre maternidade, é comum reconhecer que mães também sofrem e que tal sofrimento é legítimo. O problema surge quando esse reconhecimento transforma toda crítica em um ato de crueldade.

Nem toda mulher infeliz se torna uma mãe nociva, mas a infelicidade crônica, quando ocupa o centro da vida familiar, produz consequências para as crianças que convivem com ela. Em “Os Abismos”, a filha cresce aprendendo a interpretar todos os comportamentos maternos, a perceber tensões que não compreende e a conviver com uma sensação constante de instabilidade emocional. Este ponto me marcou no livro, pois percebi algo que conheço bem: filhas de mães como a de Claudia aprendem cedo a monitorar emoções alheias, nos tornamos especialistas em identificar mudanças de humor, em antecipar crises e evitar conflitos, crescemos acreditando que precisamos cuidar do ambiente emocional ao redor.

Continua na próxima página...



E na vida adulta, isso frequentemente se transforma em ansiedade, culpa excessiva, dificuldade de estabelecer limites e uma necessidade constante de agradar e de ser validada. A mãe de Claudia não a agride fisicamente, não a abandona e tampouco deixa de cumprir suas funções básicas de cuidado, mas ainda assim, sua presença é marcada por uma indisponibilidade afetiva que atravessa a infância da menina e que deixará marcas na vida adulta.

Existe uma resistência social em admitir que certas formas de sofrimento materno podem gerar sofrimento filial. Talvez porque a maternidade continue cercada por uma aura moral que dificulta enxergar as mães como agentes capazes de causar danos emocionais. Quando o tema surge, a atenção costuma se voltar imediatamente para as razões que levaram aquela mulher a agir daquela forma, embora tais razões sejam importantes, elas não anulam os efeitos produzidos sobre aqueles que cresceram ao seu redor.

A força do romance de Pilar Quintana está justamente em mostrar que uma mãe pode ser simultaneamente vítima e causadora de dor, ou seja, essas condições não são excludentes. Mulheres podem ser oprimidas por estruturas sociais injustas e, ao mesmo tempo, reproduzir em casa dinâmicas que afetam profundamente suas filhas e filhos. Ao recusar a divisão simplista entre mães boas e mães más, "Os Abismos" oferece uma reflexão mais complexa sobre os vínculos familiares, sugerindo que os conflitos entre mães e filhas não nascem apenas da falta de amor, mas também da presença de dores não elaboradas, frustrações acumuladas e expectativas que atravessam gerações. Por isso, acredito que precisamos falar mais sobre as filhas. Nem toda violência familiar deixa marcas visíveis. Existe uma violência silenciosa em crescer ao lado de uma mãe como a de Claudia, absorvida por suas próprias dores e incapaz de enxergar a criança diante dela.

Não se trata de exigir perfeição das mães nem de negar os contextos que produziram seus sofrimentos, trata-se apenas de reconhecer que as filhas também pagam um preço alto. Talvez seja por isso que a obra permaneça tão perturbadora após a última página. Ela nos obriga a reconhecer uma verdade desconfortável: os abismos de uma mãe nunca pertencem apenas a ela. Frequentemente, são também parte da herança de suas filhas.



QUANDO O FUTEBOL ESCUTA MULHERES, O JOGO MUDA

por: Karina Reis - karina.reis0@gmail.com

Uma cena recente da cobertura da Copa de 2026 mostrou algo que, infelizmente, ainda precisa ser dito: no futebol, mulheres continuam tendo sua autoridade testada o tempo todo. A pergunta feita pela jornalista esportiva Fernanda Gentil sobre o empate do Brasil contra o Marrocos e a resposta de Romário (sugerindo que quem “não conhece muito de futebol” pensaria da mesma forma que a jornalista) provocaram debate nas redes. Após a repercussão negativa do comentário, o ex-jogador reconheceu o trabalho da jornalista e elogiou seu conhecimento de esporte. O recuo foi importante, mas a cena já havia exposto um problema maior: a ideia persistente de que mulher só pode falar sobre futebol se provar, antes, que sabe o suficiente.

Esse tipo de situação não é um detalhe. Ele faz parte de uma cultura que ainda trata o futebol como território naturalmente masculino, enquanto empurra mulheres para uma posição de desconfiança permanente. Mesmo quando ocupam a cabine de imprensa, o microfone, a transmissão ou a análise técnica, elas seguem sendo cobradas de forma mais dura, como se estivessem sempre em teste. A mulher pode dominar estatísticas, tática, história e linguagem esportiva; ainda assim, frequentemente precisa enfrentar o filtro do preconceito antes de ser ouvida de fato.

Essa lógica começa muito antes da televisão. Ela nasce na infância, na escola, na família, nos espaços de lazer e na maneira como meninas são ensinadas a ocupar o corpo. Meninos são incentivados a correr, disputar, cair e insistir. Meninas, muitas vezes, são orientadas a observar, cuidar, recuar e não incomodar. Quando o futebol entra nessa equação, o recado costuma ser claro: há lugares que parecem feitos para elas, e outros que supostamente não foram pensados para recebê-las. É justamente essa fronteira que precisa ser derrubada.

Por isso, o momento atual é tão importante. Com a Copa do Mundo Feminina no Brasil, em 2027, existe uma chance real de mudar a paisagem do futebol no país. Mas essa mudança não pode ficar restrita ao entusiasmo de grandes eventos. Não basta celebrar a Copa, a seleção ou as vitrines de visibilidade. Se a base continuar desigual, o futuro seguirá reproduzindo as mesmas ausências.

Investir no esporte feminino é investir em permanência. Isso significa garantir estrutura, campo, uniforme, transporte, alimentação, treinadoras, arbitragem, calendário e segurança para meninas e mulheres em todas as etapas da formação esportiva. Significa também entender que o problema não é falta de interesse feminino. Ao contrário: o interesse cresce, a presença aumenta e a vontade de participar está mais viva do que nunca. O que ainda falta é acesso real, incentivo consistente e reconhecimento.

Continua na próxima página...



O futebol feminino também carrega uma dimensão política que vai além do resultado em campo. Ele desafia o imaginário que associa liderança, agressividade, técnica e inteligência tática ao masculino. Quando uma mulher analisa um jogo, narra uma partida, comanda uma equipe ou comenta uma transmissão, ela não está apenas exercendo uma função, ela está desorganizando uma velha hierarquia que dizia, de forma explícita ou disfarçada, que o futebol não lhe pertencia.

É por isso que o episódio com Fernanda Gentil importa tanto. Não porque haja algo extraordinário em uma jornalista fazer uma leitura de jogo, mas porque ainda há quem estranhe isso. A reação ao comentário de Romário mostrou como o prestígio masculino no esporte muitas vezes é tomado como automático, enquanto a fala feminina precisa ser legitimada o tempo inteiro. Quando a resposta veio e o reconhecimento foi público, abriu-se uma oportunidade para um gesto mais amplo: admitir que competência não tem gênero.

A boa notícia é que o cenário está mudando, ainda que lentamente. O futebol feminino ganha mais espaço, mais audiência e mais interesse. As meninas estão vendo mais mulheres em campo, na imprensa, na arbitragem e na gestão esportiva. Mas ainda há muito a fazer para que isso deixe de ser exceção e se torne parte da normalidade. O país que se prepara para sediar a Copa Feminina precisa fazer mais do que organizar estádios: precisa construir um legado.

Esse legado depende de políticas públicas, mas também de mudança cultural. Depende de escolas que incentivem as meninas, famílias que apoiem suas escolhas, imprensa que trate mulheres com a mesma seriedade dada aos homens e torcedores dispostos a rever seus próprios hábitos. Depende, sobretudo, de reconhecer que o futebol não pertence a um gênero. Ele pertence a quem joga, analisa, organiza, narra, sonha e constrói esse universo todos os dias.

Karina Reis é Jornalista e doutoranda interdisciplinar em Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



A REALIDADE DO ENCARCERAMENTO DAS PESSOAS TRANS E TRAVESTIS NO BRASIL

por: *Samantha Ribeiro da Silva - samanth.ribeiro@gmail.com*

O sistema prisional brasileiro reflete desigualdades e preconceitos presentes na sociedade. Nesse contexto, pessoas trans e travestis estão entre os grupos mais vulneráveis, sofrendo agressões físicas, psicológicas e diversas formas de violência institucional. De acordo com Bonini e Barbosa (2020), a superlotação dos presídios agrava ainda mais essa realidade, uma vez que dificulta a implementação de medidas de proteção e amplia os riscos enfrentados pela população LGBTQIAPN+.

Historicamente, o sistema penitenciário foi organizado para atender exclusivamente homens e mulheres cisgêneros, não contemplando as especificidades das identidades trans. Como consequência, as medidas criadas para proteger essa população frequentemente se mostram insuficientes. Embora a criação de alas específicas para pessoas LGBTQIAPN+ contribua para reduzir a violência, entretanto, essa estratégia também pode gerar isolamento e reforçar processos de exclusão.

Segundo o relatório do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (BRASIL, 2020), a vulnerabilidade das pessoas trans nas prisões vai além da ameaça de violência física. Ela também está relacionada à fragilidade das políticas institucionais existentes e à falta de mecanismos que garantam o cumprimento efetivo das normas de proteção. O relatório destaca ainda debates sobre o local adequado para o cumprimento da pena, especialmente em relação às mulheres trans e aos homens trans, considerando os riscos à integridade física e psicológica desses indivíduos.

Além dos desafios estruturais, é importante destacar os avanços normativos voltados à proteção da população trans e travesti no sistema prisional brasileiro. A Resolução Conjunta nº 1, de 2014, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, estabelece parâmetros para o acolhimento de pessoas LGBT privadas de liberdade, garantindo direitos como o uso do nome social, a escolha de vestimentas compatíveis com a identidade de gênero e a preservação da integridade física e psicológica. Mais recentemente, decisões do Poder Judiciário e orientações do Conselho Nacional de Justiça têm reforçado a necessidade de que a alocação de pessoas trans em unidades prisionais considere sua identidade de gênero e sua segurança, buscando reduzir situações de violência e discriminação. Essas medidas representam avanços importantes na garantia dos direitos humanos, embora sua efetivação ainda enfrente obstáculos decorrentes das limitações estruturais e culturais presentes no sistema penitenciário brasileiro.

A realidade do encarceramento de pessoas trans e travestis evidencia a necessidade de transformações profundas no sistema prisional brasileiro. A discriminação, a violência e a exclusão sofridas por essa população demonstram que os direitos fundamentais previstos na Constituição ainda não são plenamente garantidos. Conforme discutido por Butler, é necessário questionar e reconstruir estruturas sociais baseadas em concepções rígidas de gênero, promovendo políticas mais inclusivas e eficazes.

Dessa forma, torna-se fundamental ampliar o debate sobre a temática, fortalecer políticas públicas de proteção e garantir que as demandas da população LGBT sejam ouvidas e atendidas. Somente por meio do diálogo, da efetivação dos direitos humanos e da construção de normas adequadas será possível assegurar condições dignas para pessoas trans e travestis dentro e fora do sistema prisional.

Referências

- BONINI, A.; BARBOSA, M. A vulnerabilidade da população LGBT no sistema prisional brasileiro. 2020.
BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Diagnóstico do tratamento penal de pessoas LGBT nas prisões do Brasil. Brasília, 2020.
BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.



acompanhe nossas redes

  @coletivagsex



UFG
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS